



EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR EDUARDO BONNASSIS BURG, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, na forma da lei, faz saber, ao(s) Executado(s) e demais interessados, que foi designada a alienação judicial do bem abaixo descrito, por lances ONLINE, nas datas, horário e sob as seguintes condições:

1ª PRAÇA/LEILÃO: DIA 20 DE MARÇO DE 2025, às 10h00min., oportunidade em que será aceito lance igual ou superior ao valor da avaliação.

2ª PRAÇA/LEILÃO: DIA 27 DE MARÇO DE 2025, às 10h00min, ocasião em que será aceito lance igual ou superior à 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

VENDA DIRETA: Promovidos os leilões com resultados negativos, o leiloeiro poderá efetuar a venda direta do bem durante o prazo de até 03 (três) meses, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão.

MODALIDADE: A alienação judicial será realizada na modalidade eletrônica, através do site <https://serpaleiloes.com.br/> (cujas regras de adesão integram o presente edital). Os interessados deverão fazer o seu cadastro e solicitar a sua habilitação para ter acesso ao auditório virtual de cada lote no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes dos leilões acima agendados. Havendo disputa, para que haja o encerramento do lote, este deverá permanecer por 03 (três) minutos sem receber outra oferta, mas, sobrevivendo lance durante esses 03 (três) minutos que antecedem ao final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão ocorrerá nos 03 (três) minutos seguintes e assim sucessivamente até que não ocorra novo lance.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO (CPC, ART. 895): 1) O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar o seu lance parcelado através do auditório virtual do leiloeiro: (i) por ocasião do primeiro leilão, por valor não inferior ao da avaliação; (ii) por ocasião do segundo leilão, por qualquer valor, salvo preço vil. 2) O lance parcelado contemplará, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30(trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. 3) As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. 4) Caberá ao arrematante a atualização monetária das parcelas, a emissão das respectivas guias de depósitos judiciais em continuação ao depósito do sinal, bem como, no prazo máximo de 03 (três) dias após o vencimento de cada parcela, protocolar em juízo os comprovantes de pagamento. 5) No caso de atraso no pagamento do sinal ou de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. 6) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. 7) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado. 8) Havendo disputa entre os lances parcelados prevalecerá sempre o de maior valor.

LEILOEIRO: MAGNUN LUIZ SERPA, matrícula JUCESC AARC 356, com escritório na Rua Presidente Nilo Peçanha, 735, sala 01, Bairro Floresta – Joinville/SC, telefones (47) 3426-1464 e (47) 99645-9876, E-mail: contato@serpaleiloes.com.br e site: <https://serpaleiloes.com.br/>.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação sempre à vista, que deverá ser paga pelo arrematante diretamente ao leiloeiro. Na hipótese de acordo ou remissão após o leilão positivo, comissão de 5% sobre o valor da venda (§ 3º, art. 7º da Resolução 236/2016 do CNJ). Em caso de adjudicação, o adjudicante pagará 50% (cinquenta por cento) da comissão do leiloeiro sobre o valor da avaliação, pago pelo exequente. Quando houver acordo ou remissão antes da realização do leilão já designado, e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Balneário Piçarras
1ª Vara Cível

após ter iniciado os atos preparatórios, o Leiloeiro fará jus ao pagamento das despesas. Em caso de invalidade da venda, serão devolvidos os valores pagos pelo adquirente.

PROCESSO : 5002101-34.2020.8.24.0048
AÇÃO : CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
AUTOR : ANTÔNIO FRANCISCO CORRÊA ATHAYDE E OUTROS
REÚ : EDGARD CALVET GONCALVES JUNIOR

Bem(ns): UM TERRENO, situado nesta Cidade e Comarca de Piçarras, Estado de Santa Catarina, com a área de 504,00 METROS QUADRADOS, e as seguintes medidas e confrontações: Tendo 24,00 metros de frente para a Rua Norberto Bachmann, por 21,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel, com propriedade de Bruno Macioro, e pelo lado direito com propriedade de Assib Zattar e fechando nos fundos com 24,00 metros, onde confronta com propriedade de Cia. Hansen Industrial e Renato José Wanderich; terreno esse remanescente de área maior. **MATRÍCULA: 26.003** do C.R.I. de BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC.

AVALIAÇÃO: R\$ 3.780.000,00 (três milhões, setecentos e oitenta mil reais), em 25/01/2024 conforme evento 191.
Parâmetros Utilizados pelo oficial de justiça: Localização do imóvel, infraestrutura local, condições de mercado, valor fiscal, e valores imobiliários vigentes no período atual.

LANCE MÍNIMO: 50% da avaliação R\$ 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil reais).

VISTORIA: Terreno na Rua 900, n.35, esquina com a Av. Nereu Ramos, 587, Centro, Cep 88380-000, Balneário Piçarras/SC. CADASTRO IMOBILIÁRIO 18864, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA 01.03.011.0270.001.001.

DEPOSITÁRIO: Edgard Calvet Gonçalves Junior.

ÔNUS DO IMÓVEL: (conforme matrícula atualizada até 20/12/2024): **R.3- HIPOTECA CREDORA HIPOTECÁRIA UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. AV.4-INDISPONIBILIDADE PROCESSO Nº 00002133720155090088 DA 23ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR. R.5-PENHORA EXTRAÍDO DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL Nº 0002378-49.2016.8.16.0194, DA 21ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR SÃO PARTES IGASA S/A IND. E COM. DE AUTOPEÇAS. AV.6- INDISPONIBILIDADE PROCESSO Nº 702085027838, CREDORA HIPOTECÁRIA UNIÃOINVEST PARTICIPAÇÕES LTDA (CONSORCIO UNIÃO). AV.7- INDISPONIBILIDADE PROCESSO Nº 00035363420168160035 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR. AV.8- INDISPONIBILIDADE PROCESSO Nº 50278384320088130702 CREDORA HIPOTECÁRIA UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**

DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. A responsabilidade do arrematante ficará restrita ao preço e custas da arrematação, tributo incidente sobre a aquisição (ITBI), comissão do leiloeiro e eventuais custas para levantamento das restrições registras e imissão de posse, de modo que, satisfeitas tais obrigações, o bem será entregue livre de dívidas e ônus, observando-se o preconizado no artigo 130, § único, do Código Tributário Nacional e no artigo 908, §1º, do Código de Processo Civil. Eventuais ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 325.163,74 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), em 11/10/2023 evento 176, sujeito à atualização e acréscimos legais até o efetivo pagamento.



RECURSO(S) PENDENTE(S): Nada consta.

CONDIÇÕES GERAIS: 1) O arrematante ficará responsável por promover as diligências necessárias a fim de garantir o levantamento das pendências eventualmente existentes sobre o bem junto aos órgãos competentes, contando com advogado de sua confiança caso seja necessário. 2) Ficará também sob a responsabilidade do arrematante eventuais emolumentos ou despesas cartorárias relativas ao levantamento dos registros na matrícula imobiliária, bem como as despesas decorrentes de regularização, transferência, expedição da carta de arrematação, imissão na posse e imposto ITBI. 3) O bem será vendido no estado em que se encontra, sendo responsabilidade do interessado realizar prévia vistoria com o depositário indicado. 4) A venda será feita em caráter ad corpus, ficando o interessado responsável pelo levantamento de eventual restrição imposta por lei de zoneamento e uso do solo, legislação ambiental, IBAMA, INCRA, entre outras, e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções de condomínio, quando houver, e, se necessário for, adotar as medidas necessárias à expedição de alvarás, atestados e demais documentos nos órgãos competentes. 5) As informações acerca de potencial construtivo, de ser imóvel tombado ou considerado como UIP pelo Município, de ocupação ou desocupado, ou referentes ao local de depósito e entrega do bem móvel, deverão ser previamente levantadas pelo interessado, não sendo aceita qualquer reclamação após a compra. 6) Antes de adjudicado ou alienado o bem, o executado pode remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, acrescida de juros, custas processuais, honorários advocatícios e honorários do leiloeiro. 7) Se houver impugnação à arrematação, o arrematante poderá desistir da aquisição com a restituição da quantia paga, na forma do art. 903, § 5º, do CPC. 8) Quando cabível, será reservado o direito de preferência do cônjuge ou coproprietário alheio à execução ou resguardada a sua quota-parte calculada sobre o valor da avaliação (art. 843, do CPC). 9) Quando cabível, terá preferência, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior (art. 1.322, do CC). 10) O cônjuge ou coproprietário com interesse em exercer o direito de preferência, deverá diligenciar seu cadastro completo no site <https://serpaleiloes.com.br/> e solicitar ao leiloeiro com pelo menos 24 horas de antecedência sua condição de licitante preferencial, para que, por ocasião dos leilões, ofereça seus lances exclusivamente através do auditório virtual. 11) Após a homologação do lance vencedor, o arrematante será comunicado através do e-mail que tiver cadastrado no site do leiloeiro quanto ao **prazo de 24 horas para efetuar o pagamento do lance ofertado**, da comissão do leiloeiro e imposto ICMS (quando cabível). 12) Caso não seja efetuado o depósito pelo licitante vencedor, o leiloeiro comunicará o fato ao juízo, informando também o lance imediatamente anterior, sendo que poderá homologar a arrematação ao segundo colocado, mediante sua concordância e desde que o lance oferecido preencha as condições deste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante inadimplente. 13) Em caso de inadimplemento dos valores devidos pelo adquirente, inclusive da comissão do leiloeiro, incidirá a multa de 10% e as demais penalidades previstas nos artigos 895, §4º e 897, do CPC, além do arrematante ter seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário, podendo, ainda, ser criminalmente responsabilizado por fraude à leilão público (art. 335 e 358, Código Penal), bem como por todos os prejuízos financeiros causados às partes envolvidas no leilão. 14) Caso não haja expediente nas datas designadas, o(s) ato(s) fica(m) transferido(s) para o próximo dia útil, no mesmo horário e local.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) executado(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is), bem como o(s) corresponsável(is), cônjuge(s), coproprietário(s), herdeiro(s) e/ou sucessor(es), o(s) senhorio(s) direto(s), o(s) depositário(s) e o(s) credor(es) preferencial(is), por meio da publicação deste, devidamente intimado(s), caso não o seja(m) por qualquer outro meio legal: **EDGARD CALVET GONÇALVES JUNIOR CPF 006.339.179-15, SUELI ROCHA GONÇALVES CPF 505.585.019-15.**

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, e em cumprimento ao artigo 887, do Código de Processo Civil, este edital será publicado na modalidade eletrônica no site <https://serpaleiloes.com.br/>.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Balneário Piçarras
1ª Vara Cível

DADO E PASSADO, em Balneário Piçarras, aos 20 de dezembro de 2024. Eu, **Magnun Luiz Serpa, Leiloeiro Oficial matrícula AARC/356** Designado, que o digitei e subscrevo, por ordem do(a) **MM.(ª) Juiz(a) de Direito** abaixo assinado.

EDUARDO BONNASSIS BURG
Juiz de Direito